



Edgar Pereira, ISCTE-IUL, Centro de Estudos de História Contemporânea

Título da Comunicação: *Pombalismo e Jesuítas: confisco e redistribuição de propriedade fundiária na Goa Setecentista*

Resumo: Os aspectos políticos, ideológicos e diplomáticos associados à extinção da Companhia de Jesus, durante o consulado pombalino, têm sido largamente estudados. O mesmo não se pode afirmar quanto aos seus aspectos económicos, e muito menos ainda no que se refere aos territórios ultramarinos, onde, com excepção talvez do caso brasileiro, são ainda mal conhecidos os impactos resultantes da supressão da Ordem. Em Goa, onde os Jesuítas eram, desde meados do século XVI, detentores de um importante património de terras, aldeias e rendimentos, a extinção da Companhia deu lugar a um processo de confisco e posterior redistribuição desse património. É desse processo que se ocupa esta comunicação.

São várias as questões que se procuram esclarecer. Por um lado, trata-se de saber qual a dimensão e a natureza do património fundiário dos jesuítas de Goa, quando e em que termos se procedeu à sua expropriação, como é que as autoridades de Lisboa e de Goa se articularam para esse efeito. Por outro lado, interessa apurar que destino foi dado aos bens confiscados, como é que eles foram redistribuídos e a quem. Importa nomeadamente avaliar o impacto dessa transferência de direitos de propriedade quer sobre a economia local, quer sobre os equilíbrios políticos e sociais da capital do *Estado da Índia*, os quais envolviam uma complexa teia de interesses; desde as autoridades do *Estado* até às comunidades de aldeia, passando pela fidalguia reinol, pelas elites nativas, pelos *casados* de Goa e até por outras ordens religiosas, ninguém poderia ficar indiferente às oportunidades abertas por um processo de rearranjo dos direitos de propriedade com aquela dimensão. Como em muitos outros processos históricos, também aqui o malogro de uns abria portas à fortuna de outros.

Para dar resposta àquelas questões, este estudo baseia-se principalmente nas ordens régias, na correspondência entre as autoridades de Lisboa e de Goa, nos assentos da Chancelaria, da Fazenda e de outros tribunais do *Estado*, e na análise de um universo circunscrito de casos representativos. Alguma desta documentação encontra-se impressa e outra manuscrita, sendo particularmente relevantes os fundos das caixas da “Índia” do Arquivo Histórico Ultramarino, bem como os da Junta da Real Fazenda da Índia e do Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

Com esta investigação, que, do ponto de vista teórico, recebe alguma inspiração da *New Institutional Economics*, espera-se esclarecer o processo, em concreto, do confisco e redistribuição do património jesuítico de Goa, mas também contribuir para a discussão mais geral sobre os impactos das reformas institucionais, e sobre a sua apropriação pelos agentes sociais, no contexto do Império português moderno.

Palavras-chave: Pombalismo, Jesuítas, Goa, Século XVIII, direitos de propriedade, instituições, gãoarias.